

Ata da 177ª Reunião Ordinária do
CES - Conselho Estadual de Saúde

1
2
3 Aos vinte e nove dias do mês de junho de dois mil e onze, no Auditório João Falcão Fontes Torres,
4 Centro Administrativo da Bahia, com as presenças dos senhores membros do Conselho, Dr. Jorge José
5 Santos Pereira Solla – Presidente do Conselho, Carlos de Souza Andrade, Déborah Dourado Lopes,
6 Eduardo Catharino Gordilho, Joilda Gomes Rua Cardoso, José Caires Meira, Maria Luíza Costa Câmera,
7 Moysés Longuinho Toniolo de Souza, Silene Ribeiro Martins e Sílvio Roberto dos Anjos e Silva
8 (Conselheiros Titulares). Grace Yara Santos Amaro da Silva, Helmann Sanches Silva, Maria do Carmo
9 Brito de Moraes, Washington Luis Silva Couto (Conselheiros Suplentes) e a Sra. Elisabete Lima de
10 Morais – Coordenadora do CES, para a reunião do CES/Ba. Às 09:57min o Senhor Presidente declarou
11 aberta a sessão, colocou a ata da 176ª Reunião Ordinária do CES em discussão e votação, que foi
12 aprovada à unanimidade. Em seguida passou a palavra para os conselheiros fazerem os informes das suas
13 entidades. O conselheiro Sílvio Roberto dos Anjos e Silva informou que a Conferência Municipal de
14 Salvador estaria acontecendo no período de onze, doze e treze de julho, daí seria interessante que todos os
15 conselheiros estaduais estivessem presentes nessa conferência e já começasse a tratar desse assunto
16 colocando essa situação na conferência, ver de que forma poderíamos tratar essa situação enquanto o
17 município se dispõe ou não se dispõe a vir até esse Conselho apresentar uma prestação de contas. Porque
18 o Secretário de Saúde do e Estado não vai puxar à força o Secretário de Saúde do município para trazer
19 até aqui. O Senhor Presidente sugeriu fazer esse convite na próxima reunião. Colocou que faria dois anos
20 que o Estado está impedido de fazer auditoria na Secretaria Municipal de Saúde de Salvador. É o único
21 município na Bahia que a Auditoria Estadual do Sistema Único de Saúde (SUS) não está com autorização
22 do município a entrar para auditar. É uma aberração, mas é a realidade. Informou que no dia trinta de
23 junho na reunião da Comissão Intergestores Bipartite (CIB) iria ser discutida uma proposta já negociada
24 com o Conselho dos Secretários Municipais de Saúde (COSEMS) de remanejamento de recursos que
25 pode aumentar, que pode permitir um remanejamento de vinte um milhões de reais ano para o teto de
26 Salvador. “Estamos pedindo ao Ministério da Saúde um aumento de sessenta e seis milhões ano,
27 começamos uma negociação com o Ministério, já pautamos na Comissão Intergestores Tripartite (CIT) e
28 está na pauta da próxima reunião a possibilidade que os saldos da Assistência Farmacêutica Básica
29 existentes em trinta e um de dezembro de dois mil e dez possam com autorização específica do Ministério
30 ser utilizados.” Mencionou que não foi colocada nada específico em Salvador, porque inclusive não é só
31 Salvador, a própria Controladoria Geral da União (CGU) tem sinalizado alguns municípios que tem saldo
32 de recurso com Assistência Farmacêutica Básica. O saldo de Salvador era trinta e sete milhões de reais
33 em dezembro de dois mil e dez e é bem provável que na próxima CIT aprove esse mecanismo. Podemos
34 perguntar porque sobrou trinta e sete milhões de reais? Porque simplesmente não tem Rede. Você não
35 entrega medicamento se não tiver consulta, se não tiver exame nem Rede. A Rede Básica de Salvador é
36 pequena, a cobertura do Programa de Saúde da Família em quinze por cento da população, do outro lado
37 tem muitos pacientes que pegam medicamentos básicos nas unidades estaduais. O Centro de Diabetes e
38 Endocrinologia da Bahia (CEDEBA), por exemplo, tem um número imenso de diabéticos que recebem
39 todos os medicamentos da linha básica através da Secretaria Estadual de Saúde. Além disso, temos uma
40 Rede grande da Farmácia Popular do Brasil em Salvador que termina compensando uma parte disso, mas
41 então há essa possibilidade. Como há forma de negociar para evitar perdas da Gestão Plena, pois
42 inclusive tivemos duas reuniões em Brasília e tivemos aqui também uma reunião com o Ministro e o
43 Secretário Municipal e outra reunião depois com o Ministro e o Governador. O próprio Secretário de
44 Atenção à Saúde do Ministério, o Dr. Helvécio, já solicitou ao município de Salvador que até ao final
45 desse mês tivesse uma posição sobre a questão da gestão em função da cobrança que já recebeu da
46 Advocacia Geral da União (AGU). Daí a nossa proposta foi fazer um mecanismo de compartilhar a
47 gestão como acontece em São Paulo, Recife e em outras cidades onde uma parte da Rede fica com a
48 Gestão Estadual e outra parte fica com a Gestão Municipal. Dos catorze filantrópicos estamos propondo
49 apenas três para virem para a Gestão Estadual e todos os privados e lucrativos continuarem ainda com a
50 Gestão Municipal. Esse movimento, digamos assim, seria você sinalizar que está fazendo algumas
51 mudanças para evitar qualquer movimento mais incisivo dos órgãos de controle no sentido de derrubar a
52 gestão plena, mas infelizmente ainda não temos a sinalização positiva do Secretário de Saúde Municipal.
53 Destacou que sobre essas mudanças pensava que talvez na próxima pauta se houvesse um tempo, seria
54 bom fazer uma apresentação para o Conselho que até lá deve estar sendo publicado. “Não tenho o texto
55 ainda, mas é um decreto presidencial que vai funcionar como uma regulamentação da Lei 8080, buscando
56 regulamentar alguns artigos da Lei Orgânica da Saúde que até hoje não foram mais detalhados.” É
57 principalmente na linha da relação entre os entes federados e a ideia é que você tenha as relações entre os
58 entes federados estabelecidas por contratos, onde entra os indicadores de avaliação e as metas a serem

59 alcançadas. Pontuou que a idéia é que tenha contratos entre os entes federados definindo as
60 responsabilidades de cada um, quais são as metas para aquele período e quais são os indicadores que
61 serão utilizados para a avaliação. Esse é o espírito que está pautando a construção desse decreto
62 presidencial que deve estar para ser publicado nesses dias. A conselheira Déborah Dourado Lopes
63 informou que no início do mês de junho, não sabia a data precisa, já foi publicado também a portaria da
64 criação da Comissão Corregedora Tripartite que os senhor faz parte, daí é pertinente levar essa questão da
65 auditoria que também é uma coisa puxando a outra e o ponto fundamental da comissão é a questão de
66 discussão dos resultados das auditorias. Tem três representantes do Conselho Nacional dos Secretários de
67 Saúde (CONASS), do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (CONASEMS). O Senhor
68 Presidente informou que no dia onze de julho aconteceria a reunião da Comissão Corregedora e é um dos
69 pontos que estará em discussão sobre essa questão da auditoria, porque o município de Salvador se pega
70 em uma visão tradicional da auditoria contábil que não se aplica a auditoria do SUS, de que cada ente
71 federado faz a auditoria dos recursos que são originários do seu tesouro. Nessa tese o estado não teria por
72 que fazer auditoria no município de Salvador, a não ser dos recursos repassados pelo próprio estado. O
73 trabalho do SUS e da Auditoria não é feito assim, pois a Auditoria do SUS tem três instâncias que são
74 federal, estadual e municipal e auditoria não é só sobre os recursos originários, porque essa visão
75 tradicional ainda é da época que só passava recurso para o convênio. Então, na verdade se auditava o
76 convênio, a Auditoria do SUS não, faz a auditoria de Sistema de Saúde, faz auditoria de resultados, de
77 processos, daí é independente quando vou auditar um hospital ou uma unidade básica. Por exemplo,
78 quando vou fazer a auditoria na Unidade de Saúde da Família não vou procurar saber se o salário do
79 médico foi pago com dinheiro municipal, estadual ou federal, porque a atenção básica tem uma parte de
80 dinheiro que é do município, tem uma parte que é do Estado e outra parte da União. Não importa se
81 aquele medicamento foi comprado com o dinheiro que veio do Governo Federal com contrapartida do
82 estado ou município. O que importa é que o medicamento esteja disponível, o médico esteja trabalhando
83 e a unidade esteja funcionando. Essa é a questão que também estará pautada. Em seguida passou a palavra
84 para a Sra. Elisabete Lima de Morais – Coordenadora do CES para ler as Comunicações da Presidência.
85 1) Cumprindo a Portaria/GM nº 1074 de 29/05/2008, que aprova o Manual de Cooperação Técnica e
86 Financeira por meio de Convênios, no seu capítulo 5, item 5.3, comunico a este Conselho, que
87 solicitaremos ao Ministério da Saúde a Prorrogação da Vigência do Convênio Federal nº 4594/05, tendo
88 como objeto - “AMPLIAÇÃO E REFORMA DE UNIDADE DE SAÚDE (HGE, HGESF, HJBC, HSJ,
89 HGMF), AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE” HGRS, HGESF, HGE,
90 HSJ, HGMF, HJBC, “no valor total de R\$ 10.395.235,25 (Dez milhões trezentos e noventa e cinco mil e
91 duzentos e trinta e cinco reais e vinte e cinco centavos). RESOLUÇÕES DA CIB: 1) RESOLUÇÃO CIB
92 Nº 052/2011 - Aprova, ad referendum, as Proposta nº 14042.667000/1100-01 e 14042.667000/1100-02,
93 para aquisição de equipamentos/material permanente por Emenda Parlamentar para unidades de Saúde do
94 Município de Santo Estevão. 2) RESOLUÇÃO CIB Nº 053/2011 - Aprova, ad referendum, a emissão de
95 parecer favorável ao credenciamento do Centro de Atenção Psicossocial – CAPS I, no município de
96 Morro do Chapéu. 3) RESOLUÇÃO CIB Nº 054/2011 - Aprova, ad referendum, a emissão de parecer
97 favorável ao credenciamento do Centro de Atenção Psicossocial – CAPS I, no município de Santa Rita de
98 Cássia. 4) RESOLUÇÃO CIB Nº 055/2011 - Aprova, ad referendum, a emissão de parecer favorável à
99 habilitação dos procedimentos de Cuidados Prolongados no Hospital Estadual da Criança, no município
100 de Feira de Santana. 5) RESOLUÇÃO CIB Nº 056/2011 - Aprova, ad referendum, a habilitação dos
101 procedimentos de Laqueadura Tubária e Vasectomia para o Hospital Municipal Hermenegildo Dias da
102 Silva, no município de Jaborandi. 6) RESOLUÇÃO CIB Nº 057/2011 - Aprova, ad referendum, a
103 habilitação do procedimento de Laqueadura Tubária para a Maternidade Municipal de Juazeiro, no
104 município de Juazeiro. 7) RESOLUÇÃO CIB Nº 058/2011 - Aprova, ad referendum, a habilitação dos
105 procedimentos de Laqueadura Tubária e Vasectomia para o Hospital Municipal Monsenhor Berenguer, no
106 município de Monte Santo. 8) RESOLUÇÃO CIB Nº 059/2011 - Aprova, ad referendum, a Proposta nº
107 13284.641000/1110-02 para aquisição de equipamentos/material permanente por Emenda Parlamentar
108 para unidades de Saúde do Município Maetinga. 9) RESOLUÇÃO CIB Nº 060/2011 - Aprova critérios
109 para a distribuição dos recursos financeiros correspondentes à Compensação das Especificidades
110 Regionais para o ano de 2011. 10) RESOLUÇÃO CIB Nº 061/2011 - Aprova, ad referendum, a proposta
111 de adesão do município de Salvador ao Projeto Olhar Brasil. 11) RESOLUÇÃO CIB Nº 062/2011 -
112 Aprova, ad referendum, o credenciamento do Núcleo de Apoio à Saúde da Família – NASF no município
113 de Cansanção. 12) RESOLUÇÃO CIB Nº 063/2011 - Aprova, ad referendum, o credenciamento de
114 Equipes de Saúde Bucal – ESB nos municípios de Barrocas, Nazaré, Licínio de Almeida, Mulungu do
115 Morro, Cansanção e Tucano. 13) RESOLUÇÃO CIB Nº 064/2011 - Aprova, ad referendum, o
116 credenciamento de Equipe de Saúde da Família – ESF no município de Ituaçu. 14) RESOLUÇÃO CIB Nº

117 065/2011 - Aprova, ad referendum, o credenciamento de Agentes Comunitários de Saúde – ACS nos
118 municípios de Ituaçu, Mansidão e Araci. 15) RESOLUÇÃO CIB Nº 066/2011 - Aprova, ad referendum, o
119 Projeto para aquisição do Componente Móvel da Atenção à Saúde Bucal junto ao Ministério da Saúde, do
120 município de Araci. 16) RESOLUÇÃO CIB Nº 067/2011 - Aprova o credenciamento dos Núcleos de
121 Apoio à Saúde da Família – NASF nos municípios de Casa Nova e Canápolis. 17) RESOLUÇÃO CIB Nº
122 068/2011 - Aprova o credenciamento de Equipes de Saúde Bucal – ESB nos municípios de Barra do
123 Mendes e Marau. 18) RESOLUÇÃO CIB Nº 069/2011 - Aprova o credenciamento de Equipe de Saúde
124 da Família – ESF no município de Itaguaçu da Bahia. 19) RESOLUÇÃO CIB Nº 070/2011 - Aprova o
125 credenciamento de Agentes Comunitários de Saúde – ACS nos municípios de Itaguaçu da Bahia e Santa
126 Rita de Cássia. 20) RESOLUÇÃO CIB Nº 071/2011 - Aprova a implantação de Unidade de Pronto-
127 Atendimento – UPA Tipo I nos municípios de Conceição do Coité e Ipirá. 21) RESOLUÇÃO CIB Nº
128 072/2011 - Aprova o credenciamento de Centro de Especialidades Odontológicas – CEO Tipo I do
129 Município de Nova Viçosa. 22) RESOLUÇÃO CIB Nº 073/2011 - Aprova a habilitação do Serviço de
130 Saúde Auditiva em Alta Complexidade do Hospital Santo Antônio – Obras Sociais Irmã Dulce, no
131 município de Salvador. 23) RESOLUÇÃO CIB Nº 074/2011 - Aprova a redistribuição de serviços na
132 rede de Reabilitação Visual com a inclusão de mais um serviço para o Instituto de Cegos da Bahia,
133 totalizando 02 (dois) serviços para a Unidade. 24) RESOLUÇÃO CIB Nº 075/2011 - Aprova a
134 homologação dos Termos de Compromisso de Gestão Municipal das Microrregiões de Santo Antônio de
135 Jesus e Itapetinga, de acordo com a Portaria 699/GM de 30 de março de 2006. 25) RESOLUÇÃO CIB Nº
136 076/2011 - Aprova parecer referente às solicitações dos servidores do Ministério da Saúde cedidos à
137 Secretaria Estadual de Saúde da Bahia – SESAB. 26) RESOLUÇÃO CIB Nº 077/2011 - Aprova a adesão
138 dos Municípios de Arataca, Cravolândia, Santa Cruz da Vitória, Miguel Calmon e Ourolândia aos Grupos
139 de ações estratégicas de Vigilância Sanitária e Ambiental descritas no Anexo V, da Resolução CIB
140 142/2008. 27) RESOLUÇÃO CIB Nº 078/2011 - Aprova a adesão dos Municípios de Manoel Vitorino,
141 Muquém do São Francisco, Quixabeira, Saúde, Jucuruçu, Várzea da Roça, Ibitiara, Tanhaçu, Piatã, Caém,
142 Boninal, São Gabriel, São José do Jacuípe, Serrolândia, Candeal, Conde, Terra Nova e Jacobina aos
143 Grupos de ações estratégicas de Vigilância Sanitária e Ambiental descritas no Anexo V, da Resolução
144 CIB 142/2008. 28) RESOLUÇÃO CIB Nº 079/2011 - Aprova a adesão dos Municípios de Ajustina,
145 Seabra, Itatim, Paulo Afonso, Ibotirama, Correntina, Itapicuru, Aporá, Acajutiba e Jequié aos Grupos de
146 ações estratégicas de Vigilância Sanitária e Ambiental descritas no Anexo V, da Resolução CIB
147 142/2008. 29) RESOLUÇÃO CIB Nº 080/2011 - Aprova a proposta de repasse de recursos relativos a
148 futuras Campanhas de Vacinação Antirrábica, se dê do Fundo Nacional de Saúde para o Fundo Municipal
149 de Saúde. 30) RESOLUÇÃO CIB Nº 081/2011 - Aprova a proposta de repasse de recursos relativo a
150 futuras Campanhas de Vacinação Humana (Vacinação contra Pólio – 1ª e 2ª Etapa), se dê do Fundo
151 Nacional de Saúde para o Fundo Municipal de Saúde. 31) RESOLUÇÃO CIB Nº 082/2011 - Aprova a
152 proposta de repasse de recursos relativo a futuras Campanhas de Vacinação Humana (Idoso), se dê do
153 Fundo Nacional de Saúde para o Fundo Municipal de Saúde. 32) RESOLUÇÃO CIB Nº 083/2011 -
154 Aprova a proposta de repasse de recursos relativo a Campanhas de Vacinação de Seguimento Humana, se
155 dê do Fundo Nacional de Saúde para o Fundo Municipal de Saúde. 33) RESOLUÇÃO CIB Nº 084/2011 -
156 Aprova a presente Resolução nos termos constantes dos Anexos I, II, III e IV que apresentam os
157 princípios gerais e estabelece as ações de competência do Estado e dos Municípios na organização,
158 execução e gestão das ações do Sistema Estadual de Vigilância em Saúde do Estado da Bahia, de forma
159 compartilhada, solidária, regionalizada e descentralizada, a qual entrará em vigor na data de sua
160 publicação revogando as Resoluções CIB/BA 027/2001, CIB/BA 142/2008 e CIB/BA 59/2009. 34)
161 RESOLUÇÃO CIB Nº 085/2011 - Aprova o co-financiamento das Unidades de Suporte Avançado e das
162 Centrais Regionais de Regulação, pelos municípios integrantes da rede SAMU, através de autorização ao
163 Fundo Estadual de Saúde de retenção de valores referentes à contrapartida estadual dos municípios para
164 fins de custeio do SAMU Regional. 35) RESOLUÇÃO CIB Nº 086/2011 - Aprova a inclusão de
165 Unidades Sentinela com Termos de Adesão assinados para a notificação de agravos relacionados ao
166 trabalho na Rede Sentinela de Saúde do Trabalhador na Bahia. 36) RESOLUÇÃO CIB Nº 087/2011 -
167 Aprova a nova proposta para a Rede Estadual de Assistência a Queimados. 37) RESOLUÇÃO CIB Nº
168 088/2011 - Aprova com pendências a habilitação do Hospital Regional de Santo Antônio de Jesus, no
169 município de Santo Antônio de Jesus, inserido na Rede Estadual de Assistência a Queimados como
170 Centro de Referência em Assistência a Queimados – Alta Complexidade. 38) RESOLUÇÃO CIB Nº
171 089/2011 - Aprova a Habilitação do município de Milagres para aquisição dos medicamentos de Saúde
172 Mental da Atenção Básica junto à SESAB. 39) RESOLUÇÃO CIB Nº 090/2011 - Aprova a adesão aos
173 termos da Portaria GM/MS nº 4.217 de 28 de dezembro de 2010, define os valores e a forma de
174 pactuação das contrapartidas do Estado e dos Municípios e aprova a forma de transferência do recurso

175 federal. 40) RESOLUÇÃO CIB Nº 091/2011 - Aprova o elenco de referência de medicamentos do
176 componente básico da Assistência Farmacêutica para execução das contrapartidas federal, estadual e
177 municipais, e define a forma de aplicação dos recursos estadual e municipais destinados aos insumos para
178 Diabetes Mellitus de acordo com a Portaria GM/MS nº 4.217/10. 41) RESOLUÇÃO CIB Nº 092/2011 -
179 Aprova a forma de utilização de até 15% (quinze por cento) dos recursos financeiros do Estado e
180 Municípios destinados a Assistência Farmacêutica na Atenção Básica para estruturação dos serviços
181 farmacêuticos na Atenção Básica e define suas normas de execução. 42) RESOLUÇÃO CIB Nº 093/2011
182 - Aprova a proposta de pactuação de medicamentos para Infecções Oportunistas – IO - e Doenças
183 Sexualmente Transmissíveis – DST - entre o Estado da Bahia e Municípios. 43) RESOLUÇÃO CIB Nº
184 094/2011 - Aprova a regulação dos municípios que compõe o SAMU Regional de Porto Seguro (Porto
185 Seguro, Belmonte e Santa Cruz de Cabrália) pela Central de Regulação do município de Eunápolis. 44)
186 RESOLUÇÃO CIB Nº 095/2011 - Aprova a regulação dos municípios que compõem o SAMU Regional
187 de Jacobina e o SAMU Regional de Irecê, pela Central de Regulação de Urgências da Macro Centro
188 Norte localizada no município de Irecê. 45) RESOLUÇÃO CIB Nº 096/2011 - Aprova a instituição do
189 Grupo Condutor da Rede Cegonha no Estado da Bahia, composto por representantes da SESAB e
190 COSEMS, com apoio institucional do Ministério da Saúde. 46) RESOLUÇÃO CIB Nº 097/2011 -
191 Aprova, ad referendum, o credenciamento de NASF - Núcleo de Apoio à Saúde da Família, no município
192 de Capim Grosso. 47) RESOLUÇÃO CIB Nº 098/2011 - Aprova o credenciamento de Equipes de Saúde
193 Bucal – ESB nos municípios de Amargosa e Terra Nova. 48) RESOLUÇÃO CIB Nº 099/2011 - Aprova o
194 credenciamento de Equipe de Saúde da Família – ESF, no município de Terra Nova. 49) RESOLUÇÃO
195 CIB Nº 100/2011 - Aprova a emissão de parecer favorável à habilitação do serviço de Assistência em
196 Alta Complexidade Cardiovascular, no município de Feira de Santana. 50) RESOLUÇÃO CIB Nº
197 101/2011 - Aprova a emissão de parecer favorável à habilitação do Serviço de Videocirurgias, no
198 município de Salvador. 51) RESOLUÇÃO CIB Nº 102/2011 - Aprova a emissão de parecer favorável à
199 habilitação dos procedimentos de Cuidados Prolongados no Hospital Geral de Vitória da Conquista, no
200 município de Vitória da Conquista. 52) RESOLUÇÃO CIB Nº 103/2011 - Aprova a emissão de parecer
201 favorável à habilitação dos procedimentos de Cuidados Prolongados no Hospital Regional de Juazeiro, no
202 município de Juazeiro. 53) RESOLUÇÃO CIB Nº 104/2011 - Aprova o Credenciamento de 12 leitos de
203 Cuidados Intermediários Neonatal no Hospital da Criança, no Município de Feira de Santana. 54)
204 RESOLUÇÃO CIB Nº 105/2011 - Aprova o Credenciamento para Unidade de Assistência em Alta
205 Complexidade em Terapia Nutricional Enteral e Enteral/Parenteral do Hospital Ana Nery, no município
206 de Salvador. 55) RESOLUÇÃO CIB Nº 106/2011 - Aprova a habilitação de Unidade de Oncologia
207 UNACON, no município de Juazeiro. 56) RESOLUÇÃO CIB Nº 107/2011 - Aprova o Termo de
208 Responsabilidade Sanitária com vistas à garantia de acesso da população própria e referenciada, aos
209 agregados/serviços pactuados na Programação Pactuada e Integrada – PPI/BA. 57) RESOLUÇÃO CIB
210 Nº 108/2011 - Aprova a alteração do Regimento Interno de funcionamento do GT PPI para acompanhar e
211 avaliar a Programação Pactuada Integrada – PPI do Estado da Bahia. 58) RESOLUÇÃO CIB Nº
212 109/2011 - Aprova a alteração dos Artigos 2º e 3º da Resolução CIB/BA nº 294/2010. O conselheiro
213 Moysés Longuinho Toniolo de Souza parabenizou a aprovação da Resolução CIB 093/2011 destacando
214 que faz com que o estado da Bahia amplie o *rol* de medicamentos não só de Doenças Sexualmente
215 Transmissíveis (DST), mas também de infecção oportunista para pessoas vivendo com HIV/AIDS. Isso
216 vai ajudar em muito não só com a questão do controle das DSTs no Estado da Bahia, mas também com a
217 questão da melhoria da qualidade de vida das pessoas que vivem com HIV e dependem desses
218 medicamentos. “Em nome do Movimento de Pessoas Vivendo com HIV/AIDS agradeço pelo empenho
219 apesar de levarmos três anos cobrando, mas, finalmente estamos com uma lista boa que desconheço outro
220 estado do Brasil que tenha ampliado tanto quanto a Bahia esses medicamentos. O Senhor Presidente
221 sugeriu que os conselheiros lessem o Jornal *A tarde* do dia vinte e oito de junho de dois mil e onze, onde
222 na página três tem um artigo do Ministro da Saúde, Alexandre Padilha falando dos trinta anos do combate
223 do enfrentamento da epidemia de AIDS no Brasil e fazendo um balanço extremamente interessante sobre
224 a Política do SUS na questão da AIDS. O Dr Roberto Soares Schlindwein – Diretor da Fundação
225 HEMOBA mencionou que a apresentação que faria a seguir foi encaminhada para o Tribunal de Contas e
226 para o Conselho Curador da Fundação HEMOBA onde está em apreciação. Fez a apresentação da
227 Prestação de Contas da Fundação de Hematologia e Hemoterapia da Bahia – HEMOBA, exercício 2010
228 que foi enviada por e-mail para todos os conselheiros. O Presidente Substituto agradeceu ao Dr. Roberto
229 pela apresentação, e informou que ficou definido que estaria assumindo o papel de coordenador, devido à
230 própria agenda do secretário, mas não existe aqui a figura do coordenador adjunto. Como estamos
231 propondo, caso o conselho concorde ou ninguém queira também assumir a secretaria geral que toma
232 conta da pauta, queria muito que alguém estivesse junto aqui conosco nesse papel. Ficou definido que o

233 Senhor Presidente Substituto, juntamente com o conselheiro Helmann assumiria a Secretaria Geral da 8ª
234 Conferência Estadual de Saúde. Falou do compromisso de acompanhar as reuniões do Comitê Executivo.
235 “É fundamental, composto por servidores da SESAB, inclusive diretores, superintendentes, temos o
236 diretor Sérgio que é o nosso diretor geral e está aqui acompanhando a nossa reunião, temos uma reunião
237 do Comitê Executivo, não é dessa comissão organizadora no dia cinco de julho de dois e onze às quatorze
238 horas, e nos dias sete, quatorze e vinte um sempre às nove horas teremos as reuniões da Comissão
239 Organizadora da 8ª Conferência Estadual de Saúde na Sala de Reunião do Gabinete. Lembrando que
240 todos os conselheiros são membros da Comissão Organizadora, e daí irei solicitar a Elisabete que
241 encaminhe através de e-mail para todos os conselheiros, inclusive os suplentes e quem não puder vir por
242 gentileza informar à Secretaria Executiva. O Conselheiro Moysés Longuinho Toniolo de Souza perguntou
243 se o HEMOBA tinha algum tipo de controle sobre os renais crônicos. A conselheira Maria do Carmo
244 Brito de Moraes parabenizou a Bolsa para crianças e mencionou que foi muito importante a ampliação de
245 rotina aos sábados, assim como a hemovigilância. A conselheira Déborah Dourado Lopes sugeriu que o
246 conselho precisaria ter um olhar em relação à comissão que será tirada para avaliar a Prestação de Contas
247 HEMOBA. A conselheira Joilda Gomes Rua Cardoso ressaltou que o Dr. Roberto chegou onde o
248 conselho queria e isso mostra a vontade do HEMOBA em fazer a apresentação e trazer para a
249 contemplação do conselho. O conselheiro Carlos de Souza Andrade elogiou a evolução do HEMOBA e
250 destacou que esse ano estava tendo a oportunidade de ver um relatório mais conciso. O Dr. Roberto
251 Schlindwein enfatizou que a Unidade Móvel do HEMOBA foi recurso federal, um convênio que iniciou
252 em 2007. “Estamos partindo para adquirir uma segunda unidade em 2012.” Informou que o HEMOBA só
253 dispõe de um ônibus. Em relação a concurso público, destacou que veio pedir o apoio do Conselho
254 Estadual, pois precisaria criar um quadro próprio da Fundação HEMOBA. “Estamos reformando o
255 Conselho Curador e nessa nova composição do mesmo estará a presença do doador, assim como estamos
256 requalificando o plasma produzido para atender a Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia
257 (HEMOBRÁS). O conselheiro Helmann Sanches Silva comunicou que no dia sete o presidente substituto
258 seria o seu substituto adjunto na secretaria geral, pois foi indicado para a judicialização e estaria ausente a
259 partir do dia seis. A Senhora Maria das Graças Souza dos Santos – Presidente do Conselho Municipal de
260 Saúde de Itabuna solicitou o apoio da Coordenação de Plenária, porque estamos inseridos na Comissão de
261 Mobilização da Conferência Nacional e inclusive por determinação do Conselho Nacional de Saúde os
262 vinte e sete coordenadores de plenárias são delegados natos para a 14ª Conferência Nacional de Saúde.
263 Gostaria muito de estar inserindo a plenária no apoio, inclusive foi solicitação da Secretaria Executiva do
264 Conselho Nacional de Saúde para os coordenadores estarem se colocando à disposição das conferências
265 nos estados. O Senhor Presidente Substituto informou que a Senhora Maria das Graças e o Senhor
266 Marcos são os membros da Plenária Estadual que fazem parte do Fórum Nacional das Plenárias e foi
267 colocado que já é um indicativo do Conselho Nacional de que todos esses membros fazem parte da
268 comissão. Daí vamos tomar a decisão de incluir os membros do fórum também na nossa comissão
269 organizadora e então, pedirei a Bete que esteja sempre passando para Graça e Marcos para a participação
270 dos mesmos. Solicitou que Elisabete informasse os últimos acontecimentos da última reunião da
271 comissão e o que havia de relevante. A Senhora Elisabete Lima de Moraes informou que a reunião foi
272 aberta com uma avaliação das etapas municipais e identificamos muitos problemas para essas etapas
273 municipais. O grande problema é que o tema é muito extenso, muito abrangente, muito complexo e as
274 pessoas não estão se sentindo à vontade para levarem esse tema para serem palestrantes. No entanto,
275 continuamos com problema de palestrantes, até porque os municípios estão solicitando três pessoas, uma
276 para cada sub-eixo e isto está sendo um grande complicador. Sem falar que continuamos com o grande
277 problema das pessoas estarem querendo ir para Porto Seguro, Valença e etc., enquanto os outros
278 municípios continuam com a carência. “Se vocês derem uma olhada no nosso link hoje, verão que
279 existem muitos municípios ainda sem ninguém inscrito, daí estamos tendo muitos problemas nas etapas
280 municipais com muitos municípios com desistência, o que é o mais agravante por conta dessa questão dos
281 palestrantes e estamos preocupadíssimos com a questão da cobertura desse percentual que atingimos em
282 dois mil e sete e que agora só estamos com trezentos e quarenta e sete municípios marcados, sem contar
283 algumas desistências.” Colocou que existia um cardápio grande de palestrantes e quando ligava para as
284 pessoas elas diziam que não podiam ir nessa data. “Gostaria que as pessoas que participaram da reunião
285 ontem, nos ajudasse.” O conselheiro Moysés Longuinho Toniolo de Souza justificou a sua ausência na
286 reunião alegando que estava participando da reunião do Fórum de Patologias justamente para definir a
287 questão da vaga que estava faltando. “Terei uma agenda bem mais tranquila nos meses de julho e agosto,
288 mas solicito à Secretaria Executiva do CES, se houver condições, que me mandasse a listagem, pois
289 gostaria muito de ter essa lista. A Senhora Elisabete Lima de Moraes informou que naquele momento a
290 lista encontrava-se nas mãos da equipe do CES que diariamente alimenta este link e passa para a

291 Assessoria de Comunicação (ASCOM) que joga para que todos vejam como está atualizado. O
292 conselheiro Moysés Longuinho Toniolo de Souza colocou que pelo fato de ter morado na região oeste e
293 conhecer muitas cidades daquela região, teria uma disponibilidade em fazer palestra, já que muitas
294 pessoas acham que é longe, fica difícil, tem essa questão da locomoção. Mas, tenho família em Barreiras,
295 então para mim seria mais fácil e tentarei verificar. O Senhor Presidente Substituto comentou que é isso
296 que o conselho queria de cada conselheiro e conversariam muito ainda sobre essas demandas. O Senhor
297 Anésio Miranda Fernandes – Coordenador de Saneamento Rural-SEDUR (Secretaria de
298 Desenvolvimento Urbano) fez a Apresentação da FUNASA referente ao PAC/ Saneamento que foi
299 enviado por e-mail para todos os conselheiros. O Conselheiro Helmann Sanches Silva destacou que lhe
300 chamou atenção quando o senhor Anésio começa a colocar os projetos que tem uma localidade com cento
301 e vinte e cinco habitantes. Em compensação, nessa localidade será feito um gasto de seiscentos e sessenta
302 e seis mil seiscentos e sessenta e seis reais e sessenta e sete centavos e em outra localidade em que há
303 quatrocentos e vinte e cinco habitantes gasta-se trezentos e oitenta mil. Perguntou qual o critério para
304 isso. O Sr. Anésio Miranda Fernandes respondeu que as vezes no sistema de abastecimento de água o
305 critério do valor quem definiu nesse caso foi a FUNASA. Um pequeno sistema tem uma estrutura para
306 captar e tratar água maior do que uma outra de maior número de habitantes, mas com um sistema
307 simplificado. Por exemplo, é um poço profundo, um poço artesiano que quando a água é do poço o
308 tratamento é uma simples desinfecção. Simples porque tem uma cloração depois que puxa a água, essa
309 água do poço é analisada, ela está sem problemas e ao passar no reservatório se há possibilidade de
310 alguma contaminação se clora essa água e não tem maiores custo a não ser os produtos. Quando vai se
311 construir uma estrutura de tratamento, por exemplo, quando a água vem de um riacho ou de em rio, o
312 tratamento é outro, mais complexo, porque essa água do rio ou do lago está exposta ao uso acima dela.
313 Então pode vir contaminada, daí tem que ter um custo maior, uma preocupação de tratar, porque a Rede
314 em si numa população não tem grandes custos. Quando existe adutora longas, de grande distância, às
315 vezes o manancial está bem afastado, daí também tem um custo alto e isso varia de projeto pra projeto. O
316 Conselheiro Helmann Sanches Silva pontuou que o senhor Anésio afirmou que os quinze projetos
317 apresentados não houve um critério de eleição desses municípios. O Sr. Anésio Miranda Fernandes
318 informou pelo menos pela equipe técnica isso já veio definido pela FUNASA com o Governo do Estado.
319 “Não participamos dessa definição.” O Conselheiro Carlos de Souza Andrade colocou que é de uma
320 cidadezinha, Amargosa, foi feito esse tratamento, o prefeito inaugurou mais de noventa casas, um
321 conjunto habitacional para população de baixa renda e fez esse tratamento de água. Ele inclusive disse na
322 oportunidade, pois assinou umas ordens de serviço agora no São João aproveitando para fazer o seu
323 *marketing*, e ele dizia que a cidade não tem um tratamento de esgoto que aquela população de baixa renda
324 tem. “Me levou até a cidade inclusive, tive a oportunidade de ver pela Embasa aquelas casas populares já
325 com tratamento de água e achei um trabalho muito bom.” Mencionou que é um depoimento verídico, bem
326 fundamentado. O Sr. Anésio Miranda Fernandes salientou que hoje em dia as exigências são bem maiores.
327 Para se construir um programa, um conjunto de casas, um Programa Minha Casa Minha Vida em
328 Salvador ou em qualquer lugar, tem que previamente ter um estudo de viabilidade, se vai ter água, se a
329 Empresa Baiana de Aguas e Saneamento S.A (EMBASA) é o fornecedor, se ela tem capacidade de
330 fornecer a água e se ela vai operar o Sistema de Esgotamento Sanitário e inclusive com licenciamento
331 ambiental, porque a legislação está muito rígida. Onde é que vai jogar os efluentes do esgoto para poder
332 ter uma licença, uma discussão com a sociedade, as exigências da legislação ambiental são muito fortes e
333 quem fiscaliza. A FUNASA tem a sua equipe que autoriza os pagamentos, a SEDUR acompanha e quem
334 faz a obra passa para a EMBASA ou passa para a Companhia de Engenharia Rural da Bahia (CERB). Já é
335 uma garantia que é uma empresa pública que vai fazer, pois a Embasa não constrói, subcontrata. O
336 Conselheiro Carlos de Souza Andrade perguntou como isso é tratado e acompanhado, porque as noventa
337 casas irão jogar os detritos nesse riacho. O Sr. Anésio Miranda Fernandes respondeu que a Resolução
338 CONAN, a lei Federal e todas as leis ambientais exigem um tratamento e tem que ter 95% de redução de
339 material orgânico. O Conselheiro Carlos de Souza Andrade perguntou se isso é responsabilidade da
340 EMBASA? O Sr. Anésio Miranda Fernandes respondeu que sim e inclusive a EMBASA é obrigada a ter
341 licença de operação. O Conselheiro Moysés Longuinho Toniolo de Souza mencionou que pelo menos
342 agora o conselho tem um sumário dos projetos e isso dá uma idéia melhor. “Fiquei um pouco
343 impressionado com a questão da disparidade entre valores e população atendida, mas consegui perceber
344 que tem algumas coisas, por exemplo, um distrito, às vezes pela distância, pela complexidade de
345 implantar a Rede precisa de mais dinheiro, então, teríamos que analisar isso de outra forma sobre outros
346 prismas, mas me senti um pouco mais tranquilo com relação a isso.” Salientou incrível que a FUNASA
347 tem os quatro bilhões para saneamento, mas no início desse ano trouxe um informe sobre um problema
348 grave que estava acontecendo na Bacia do Cobre envolvendo municípios do Recôncavo Baiano que

349 despejam esgoto em riachos, lagoas e que depois vai parar tudo na Bahia de Todos os Santos. Perguntou
350 se existe alguns desses municípios desse entorno que estejam dentro desse projeto ou a FUNASA já está
351 tentando sensibilizar alguns desses municípios para fazerem projetos de saneamento. “Porque era grave
352 essa situação e do mesmo jeito que pode ser uma adesão voluntária do município, qual é o movimento
353 contrário da FUNASA também perceber locais onde esteja acontecendo problemas graves e tentar intervir
354 oferecendo esse apoio.” Colocou que temos em Salvador a Bahia Azul, EMBASA, e se algumas pessoas
355 conhecerem região como Trobogy, outras lagoas em volta da Paralela que córregos e lagoas viraram
356 esgoto puro, o que tem sido feito ou proposto por Salvador para resolver situações como essa? Porque até
357 na praia continuamos vendo esgoto sendo jogado em alguns bolsões. O Conselheiro Sílvio Roberto dos
358 Anjos e Silva pontuou que todos sabem que abastecimento de água e esgotamento sanitário é
359 imprescindível para a saúde pública, principalmente do ponto de vista coletivo. Mas, tem uma questão
360 nos municípios, principalmente nos pequenos municípios que é essa falta de articulação entres os órgãos e
361 de repente você tem na mesma área a criação de um sistema construído sem estar em um processo de
362 discussão com a comunidade e a prática da CERB depois é uma tentativa de repassar a operação daquele
363 sistema para uma possível associação que possa vir ou não a ser criada, a mesma coisa da desarticulação
364 que embora com um projeto como esse da EMBASA com a SEDUR e com administração municipal que
365 as vezes acontece e é importante. Em uma reunião anterior veio uma representante da FUNASA que
366 apresentou umas das coisas que colocávamos aqui, era a necessidade realmente de um projeto como esse
367 se articular com os municípios, tanto com o gestor como também através dos seus conselhos, porque de
368 repente no *frigir dos ovos* vai terminar caindo nas mãos dos municípios e a questão não é implantar o
369 sistema, o maior problema depois é a manutenção do sistema. Por isso que muitos aterros sanitários se
370 transformaram, voltaram a ser lixão, pois se construíam pensando nos financiamentos e a construção não
371 resolve o problema se não tiver todo um processo da manutenção. Intensificamos muito isso quando
372 estávamos participando da FPI na região do São Francisco, temos identificado muito isso, inclusive com
373 notificações dentro do processo levando em consideração a questão ambiental da própria desobediência
374 da questão da legislação ambiental pelos projetos que são construídos, e as vezes os municípios
375 desavisados. Daí a importância da assessoria da FUNASA, da SEDUR e da própria EMBASA, porque as
376 vezes os municípios no *afã* de construir e receber o recurso contrata técnicos que não tem nenhuma
377 identidade nem conhecimento da região para apresentar os projetos, que terminam ficando apenas no
378 papel, não satisfazendo a real necessidade e depois são os municípios que sofrem. É essa desarticulação
379 que preocupa, não o financiamento nem o investimento na questão de sistema de abastecimento de água e
380 de esgotamento sanitário. O Sr. Anésio Miranda Fernandes respondeu que a legislação não permite que a
381 água tratada que gera uma borra seja lançada no ambiente. A EMBASA teve que licenciar todos os
382 sistemas existentes que no passado não exigia, teve que fazer o licenciamento ambiental de todas as
383 unidades e que há uma exigência para o aproveitamento do lodo da estação de tratamento de água que não
384 pode jogar mais no meio ambiente. Os municípios do Recôncavo ou da região da área de influencia, da
385 borda da Bahia de Todos os Santos está exigindo muito da EMBASA. Primeiro, que não pode jogar
386 nenhum efluente de esgoto a céu aberto ou sem tratamento. É proibido por lei, se você encontrar algum
387 lugar que esteja lançando, a não ser os municípios, porque jogam do jeito que a coisa vem, faz um pedaço
388 de rede aqui, outro pedaço de rede ali, recebe água de chuva, mistura com esgoto e vai para onde acha.
389 Está se tentado corrigir isso com esses novos programas. No caso particular de Salvador, os avanços estão
390 grandes, pois esse município hoje é atendido em 82% ao sistema de esgoto. Com a inauguração do novo
391 emissário e com a construção dos sistemas de Trobogy, Cambunas e Águas Claras que serão todos
392 interligados, não vai mais permitir jogar em rios e sim ligar na rede geral que irá para o emissário de
393 Jaguaribe e no final de 2012 a previsão é que já esteja em noventa por cento a cobertura de esgotamento
394 sanitário em Salvador. “Estamos caminhado a passos largos e das capitais Salvador está entre as três ou
395 quatro primeiras no próximo ano e além disso, a EMBASA do sistema antigo está fazendo cerca de
396 quarenta e cinco mil ligações de esgoto em residência por ano e mesmo assim ainda vemos esgoto em
397 rios.” Mencionou que tem pessoas que faz de conta que já ligou e fica calado, senão ele vai pagar 80% do
398 valor da água. A EMBASA tem fiscalizado, há uma lei estadual que obriga àquela casa que passa rede na
399 rua a ligar na rede e isso nos cabe também saber se nossos vizinho estão interligado na rede geral. O
400 Conselheiro Eduardo Catharino Gordilho perguntou qual a obrigação de quem fiscaliza essas casas que a
401 rede passa na frente, para que essa pague taxa de esgoto. O Sr. Anésio Miranda Fernandes respondeu que
402 a EMBASA fiscaliza. O município de Salvador agora já está oficial. Ano passado houve uma sentada de
403 negociações, Governo do Estado, SEDUR, EMBASA e Prefeitura e conseguiu equacionar esse imbroglio
404 jurídico, e a obrigação de ligar na rede é do proprietário, da caixa para dentro de casa, mas, com esses
405 programas que a EMBASA fazendo nessas habitações que sabemos que foram construídas sem o
406 planejamento, a EMBASA financiou milhares de ligações para as pessoas pagarem cinquenta centavos

407 ou um real por mês durante sessenta meses. As vezes são grandes distâncias, porque as redes não podem
408 passar naquela rua estreita, passa na rua principal e a EMBASA também implantou sistema condominial
409 de esgoto, onde o esgoto vai passando pelo fundo das casas, porque é no morro, é uma ladeira, daí vai
410 descendo e pega a rede na rua que passa embaixo. Isso vai ligando uma caixa na outra como um prédio de
411 edifício, onde se o andar de cima der problema olha o de baixo. A mesma coisa é, se essa caixa daqui
412 entupir, o esgoto está vindo de cima, município tem que cuidar e para isso a EMBASA só está cobrando
413 45% do valor da água. Se o município não cuidar, passará a pagar 80%. Então é uma opção que a
414 EMBASA deu, porque tecnicamente não tinha outro jeito para a mesma resolver que não fosse pelo
415 sistema condominial. Ressaltou que a CERB implanta muitos sistemas que muitas vezes são maiores e
416 passa para a EMBASA que vai fazer a concessão com a permissão do município. Tem que ter um
417 contrato de concessão já antigo do município com a EMBASA. Se não tiver, esta terá que fazer um
418 contrato de programa, mas com a lei 11445 o município só pode fazer esse contrato com a EMBASA se
419 ele tiver o Plano de Saneamento elaborado. É outra exigência em que o Governo Federal e Governo
420 Estadual está apoiando os municípios, inclusive com recurso financeiro para fazer os planos municipais.
421 Temos ainda um grande problema na gestão. O Ministério do Meio Ambiente que já financiou centenas
422 de aterros sanitários, hoje ele não desembolsa mais um centavo que não seja através de consórcios
423 públicos. É uma figura que teremos que discutir daqui para a frente. A lei 11107 está em
424 desenvolvimento, inclusive na área de saúde. É uma parceria que vai dar um grande salto de qualidade
425 nos serviços de saúde em nosso estado. Não estamos inventando, pois já existe em outros estados, em
426 outros países, porque sabemos que a dificuldade do município é grande. Relatou que esteve numa reunião
427 em um município médio, onde a prefeita disse que não queria SAMU regional em seu município, porque
428 pagaria para dez municípios e ninguém dava um centavo para ajudar. “Tivemos uma reunião no
429 município para formar o consórcio e a coisa está evoluindo exatamente para o consórcio assumir isso,
430 porque vai aprovar uma lei no município dele autorizando-o a participar do consórcio onde terá um custo
431 mensal para manutenção que será obrigado a pagar, senão cairá na Lei de Responsabilidade Fiscal e
432 inclusive isso pode ser deduzido do Fundo de Participação dos Municípios (FPM).” Destacou que é uma
433 alternativa, é um ente público, uma associação pública de direito público, é uma autarquia municipal que
434 terá essa garantia. O Senhor Presidente Substituto mencionou que passaria para o conselho decidir.
435 “Penso que daria para decidirmos favorável para essa apresentação e solicitar, pois pedimos a Hélia que
436 quando for encaminhar para o conselho, encaminhar antes, fazer sempre esse demonstrativo que vocês
437 fizeram com detalhamento do que vai fazer.” Solicitou à secretária executiva que fizesse a resolução. Fez
438 a leitura do ofício nº 164/2011 do município de Itabuna, enviado pelo secretário de saúde Geraldo
439 Magella para o conselho, que foi distribuído para todos os conselheiros no momento da reunião. A Sra.
440 Maria das Graças dos Santos Souza pontuou que existia um equívoco no ofício, porque esse assunto já
441 tinha sido discutido diversas vezes dentro do Conselho Municipal de Saúde e colocou que uma das
442 situações que aconteceu em Itabuna foi quando o prefeito não publicou a nomeação dos conselheiros, as
443 entidades encaminharam as nomeações, mas, o prefeito não publicou e a nossa lei no artigo sexto diz que
444 segue os passos. “Encaminhamos vários ofícios para a Secretaria de Saúde, para o prefeito, para a
445 Assessoria Jurídica do município solicitando a publicação, e como a nossa lei diz que se o executivo não
446 fizer a publicação poderá fazer o presidente da Câmara. Fomos ao presidente da Câmara e solicitamos
447 que cumprindo a lei 1749 fosse feita a nomeação dos conselheiros. A nomeação foi feita pela Câmara
448 através de um ato, posso deixar a cópia com o Conselho Estadual que encaminhamos inclusive do
449 Ministério Público. Ele questiona a Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC) porque esta é uma
450 Universidade Pública Estadual, compõe o Conselho de Saúde, é regional, fica entre o limite
451 Itabuna/Ilhéus e já havia sido discutido isso.” Ressaltou que foi realizada uma auditoria em maio de dois
452 mil e dez no Conselho Municipal de Saúde de Itabuna e resultado desta auditoria pontua que não há
453 nenhuma irregularidade nesse sentido. “Ele questiona até o Secretário da Educação, porque a pessoa que
454 representa teria que ter uma capacitação em saúde pública, essa pessoa que se chama Rita Sena tem essa
455 capacitação e discutimos isso também na reunião do conselho, por isso que não entendo porque ele trouxe
456 essa questão para o CES. Ele questiona também o Albergue, mas já encaminhamos para o Ministério
457 Público, também na Auditoria do Departamento Nacional de Auditoria do SUS (DENASUS), foi
458 pontuado que não exige porque eles não recebem subvenção social da Secretaria de Assistência Social, e
459 não consta no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES) nenhum cadastro do Albergue
460 como prestador de serviço.” Enfatizou que foi discutida a situação da saúde do município e não há
461 nenhuma recusa do Conselho, pelo contrário. A Secretaria de Saúde tem pontuado muito a questão da alta
462 complexidade e viemos discutir alguns pontos que ele está querendo de retorno do Comando Único, no
463 momento em que a Atenção Básica estivesse organizada. “Entendemos que não dá para discutir média e
464 alta complexidade, com a atenção básica totalmente desestruturada. Começamos a discussão, já

465 colocamos para o dia quatorze essa discussão que ele está pedindo, mandamos o ofício para o Gabinete
466 informando que estaria sendo discutido esse ponto e estaremos inclusive encaminhando ofício solicitando
467 uma representação da SESAB, porque estamos também convidando o Ministério da Saúde. Ao meu ver
468 as coisas já foram muito bem esclarecidas, inclusive com as informações da SESAB que nunca se
469 esquivou de prestar esclarecimentos do conselho. Podemos estar discutindo dentro do Conselho
470 Municipal de Itabuna, porque dentro do município o Controle Social tem autonomia para estar
471 discutindo.” Mencionou que o Secretário de Saúde do município de Itabuna estava ultrapassando o limite
472 do conselho. “Ele poderia estar presente na reunião, já que o mesmo está aqui em Salvador, para estarmos
473 discutindo melhor isso. Acredito ser muito pertinente a ida da comissão do CES lá para verificarmos *in*
474 *loco* isto aqui, mas estarei levando para o Conselho Municipal esse ponto, até porque consta em ata que
475 discutimos todos esse itens aqui que foram solicitados pelo secretário ao CES. O Senhor Presidente
476 Substituto informou que havia ali uma comissão de orçamento aos conselhos, daí, esta comissão deveria
477 acompanhar o processo, inclusive essa reunião que ocorrerá e conversar com o secretário municipal.
478 Solicitou que a comissão se reunisse e indicasse a pessoa que iria fazer esse acompanhamento, marcasse
479 com a presidente do Conselho Municipal e com o secretário municipal. “Já consta em ata essa deliberação
480 do nosso conselho.” O conselheiro Helmann Sanches Silva solicitou que a presidente do Conselho
481 Municipal de Itabuna encaminhasse os documentos para que o CES tivesse a lista, já que as atas devem
482 constar a discussão do assunto que foi trazido à baila. O conselheiro Moysés Longuinho Toniolo de
483 Souza colocou que além do tema da reunião de ontem que era para deliberar sobre a vaga do Fórum de
484 Patologias no CES, outro ponto de pauta foi tratado, trazido pelo pessoal de albinismo, acatado por todo o
485 Fórum de Patologias e que gostaria de solicitar no Conselho Estadual de Saúde. “Entendemos que o
486 processo de organização do novo Conselho Estadual de Saúde que já está em andamento desde a plenária,
487 concorrendo em vinte e cinco de maio, acreditamos que esteja na hora de ser debatido aqui no Conselho
488 definições sobre o processo de posse e eleição de mesa diretora dentro do Conselho.” Destacou que já
489 existe uma preocupação do Fórum de Patologia de como se dará esse processo, porque não basta
490 meramente o regimento interno, o regulamento que teve porque este era da plenária, mas queremos
491 clarear melhor o que se constitua algum tipo de discussão interna dentro do Conselho sobre como se dará
492 a posse, se já existe uma previsão e como será a questão de eleição de mesa diretora. Algumas instituições
493 se posicionaram alegando que não estão vendo nenhum tipo de debate para construir este processo, para
494 que seja mais claro, mais democrático e participativo possível, temos que fazer isso pelo Conselho, até
495 porque algumas instituições já citaram que existe um processo paralelo correndo por fora, tipo pré-
496 candidaturas. “Gostaria que o processo fosse mais aberto, participativo, que pudéssemos verificar isso
497 para construir os critérios de participação nessa mesa diretora. Por exemplo, se vai haver paridade, como
498 construir essa paridade e que isto se dê inclusive em reunião do segmento se for construída através da
499 paridade. Porque nos interessa muito, já que construímos o novo Conselho dessa forma tão bonita até
500 agora, para continuarmos respeitando os trâmites aqui dentro. O Senhor Presidente Substituto informou
501 que ainda não havia oficializado a posse porque queria fazer uma posse com todos, fazer uma coisa
502 pomposa em que a mídia pudesse dar uma cobertura e porque estava aguardado indicação oficial do
503 Ministro. Algumas entidades faltam indicar representantes, como por exemplo, a Comunidade Científica,
504 Bahiafarma, a Central de Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), Movimento de Reintegração
505 das Pessoas Atingidas pela Hanseníase (MORHAN), Sindicato dos Agentes Comunitários do Sul e
506 Extremo Sul da Bahia (SINDACS), Arte Comunicação Cultura e Acessibilidade se Pessoa Com
507 Deficiência (ARCCA), Fórum de Mulheres, Fórum de Combate à Violência e o Fórum de Entidades do
508 movimento anti-racista. “A idéia que temos, mas iremos trazer na próxima reunião que será dia vinte e
509 oito de julho às catorze horas na Assembléia Legislativa, onde será apresentada a prestação de contas.
510 Porque desfazemos todo um Conselho, se entramos com um processo de discutir mesa diretora, nossa
511 conferência vai para o *beleléu*. Penso que a questão de mesa só discutiremos depois da conferência,
512 depois do mês de setembro e *olhe lá*, porque precisamos também conhecer as pessoas que estão
513 entrando.” Mencionou que não é só a pessoa entrar sem o Conselho conhecer, sem nunca ter visto, não
514 saber como a pessoa vai se portar e já promover. “Temos que ir devagar para não estragarmos justamente
515 o que construímos com muito zelo dentro desse processo todo, mas iremos trazer para ponto de pauta da
516 próxima reunião.” A Conselheira Maria do Carmo Brito de Moraes colocou que durante esse tempo que
517 está no Conselho tem presenciado o nível de trabalho que é realizado pelas pessoas que trabalham na
518 Coordenação Executiva e todos aqueles que trabalham para que o Conselho funcione. “Tenho observado
519 que o espaço ocupado pelo Conselho é muito pequeno e desconfortável diante do volume de trabalho que
520 as pessoas executam. Vamos muito lá e sentimos como se estivéssemos incomodando, devido a
521 quantidade de pessoas que circulam em um espaço tão pequeno. Daí, gostaria de saber se não há
522 possibilidade de conseguir um espaço maior para maior conforto dessas pessoas que lá trabalham. O

523 Senhor Presidente Substituto informou que a dificuldade de espaço não é só do Conselho e sim de todos.
524 “Temos fora daqui só em aluguel mais de cem mil reais, com duas superintendências que não estão no
525 prédio. Infelizmente já era para ter inaugurado um novo espaço do Conselho com salas, salas de reuniões,
526 auditório, daí a burocracia emperrou e ainda temos dificuldades, mas estamos num processo agora de
527 fazer um novo zoneamento e verificar quais setores iremos tirar daqui para dar espaço. Não tem outra
528 forma a não ser tirar pessoas daqui para dar espaço, mas trago mais informações. A conselheira Joilda
529 Gomes Rua Cardoso destacou que Moysés foi muito feliz quando colocou todo o processo da construção
530 para chegarmos até esse novo Conselho, a forma democrática transparente como foi construído tudo isso
531 e precisamos aproveitar esse momento áureo que será a Conferencia Estadual de Saúde, para que
532 possamos fazer a posse, nem que seja de forma simbólica, mas ela tem que acontecer. Não podemos
533 perder este momento nem esse espaço que é o de consolidação de todo esse nosso trabalho. O Senhor
534 Presidente Substituto informou que o Dr. Solla liberou a lotação dos novos Neonatologistas,
535 principalmente na Maternidade Climério de Oliveira e vamos tentar resolver. “Claro que os vinte e dois
536 Neonatologistas não irão para a Maternidade Climério de Oliveira, porque não temos condições de fazer
537 dessa forma, mas, iremos colocar nas próximas convocações que acredito que agora em julho ou agosto
538 deverá estar saindo e deveremos estar resolvendo parte do problema. Não sei se será todo, porque a
539 pedida foi muito grande e não temos como cobrir todo aquele pedido que foi solicitado pela diretora.” O
540 conselheiro Sílvio Roberto dos Anjos e Silva mencionou que tentou realizar uma reunião com a diretoria
541 do Hospital das Clínicas, colocou em boletim, fez uma assembléia com os trabalhadores da SESAB que
542 estão prestando serviço lá no Hospital das Clínicas e o tratamento é completamente diferenciado do
543 pessoal oriundo do Hospital das Clínicas e para pior. Há uma relação bastante injusta e perversa com o
544 pessoal da SESAB. O Senhor Presidente Substituto solicitou ao conselheiro Sílvio que trouxesse mais
545 detalhes e informou que iria conversar diretamente com a direção do Hospital das Clínicas.
546 O Senhor Presidente Substituto agradeceu a presença de todos, declarando encerrada a sessão, e
547 agendando a próxima reunião para o dia 28 de julho de 2011 quinta-feira, às 14 horas. Não havendo mais
548 o que tratar, eu Elisabete Lima de Moraes - Coordenadora do Conselho de Saúde, lavrei a presente ata,
549 que será assinada pelo Senhor Presidente do CES e pelos senhores conselheiros, após lida e aprovada.
550 Salvador, 29 de junho de 2011.

551 Jorge José Santos Pereira Solla - Presidente do Conselho _____
552 Elisabete Lima de Moraes – Coordenadora do CES _____
553 Carlos de Souza Andrade _____
554 Déborah Dourado Lopes _____
555 Eduardo Catharino Gordilho _____
556 Grace Yara Santos Amaro da Silva _____
557 Helmann Sanches Silva _____
558 Joilda Gomes Rua Cardoso _____
559 José Caires Meira _____
560 Maria Luíza Costa Câmara _____
561 Maria do Carmo Brito de Moraes _____
562 Moysés Longuinho Toniolo de Souza _____
563 Silene Ribeiro Martins _____
564 Sílvio Roberto dos Anjos e Silva _____
565 Washington Luis Silva Couto _____

566
567
568